

Desmonte párado todas as obras em estradas

Murilo Murça

As 400 obras de restauração, conservação e construção de estradas sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), do Ministério dos Transportes, foram paralisadas ontem, por determinação do ministro José Reinaldo Tavares. Até o próximo dia 30, 24 comissões do DNER nos Estados concluirão análise sobre o estado das obras e, principalmente, a disponibilidade orçamentária para definir a continuidade ou não dos trabalhos.

A informação foi transmitida, ontem, pela Secretaria de Transportes Rodoviários do Ministério dos Transportes, que justificou a paralisação pela necessidade de promover o equilíbrio exato entre os recursos disponíveis e as obras em andamento, de modo a que não haja nenhum comprometimento financeiro para o próximo ano, já que essas obras passarão a responsabilidade dos Estados e Municípios. O responsável pelo setor de rodovias, engenheiro José Laerte de Araújo afirmou que, embora a medida tenha graves repercussões imediatas sobre 414 empresas que dão cerca de 500 mil empregos diretos, a paralisação impedirá problemas mais graves para o próximo ano, quando o Ministério dos Transportes não disporá de recursos para efetuar pagamento de obras que eventualmente ultrapasssem o valor orçamentário disponível.

Sofríveis

A paralisação afeta diretamente a construção de três mil quilômetros de estradas e a recuperação de outros 12 mil quilômetros que estão classificados como "sofríveis". Pelo Plano Rodoviário Nacional, aprovado por lei de 1.973, a malha rodoviária brasileira deve ter 120 mil quilômetros dos quais apenas 80 mil estão construídos, sendo 55 mil já pavimentados (40 mil em estado satisatório) e 25 mil quilômetros em estradas de terra. Faltam ser construídos, segundo o plano de 1972, 40 mil quilômetros de estradas.

A continuidade das obras, a partir do próximo dia 30, será determinada, em primeiro lugar, pelo estágio em que se encontram, de modo a não perder o que já está realizado, como aterros que podem ser levados pela chuva, e pontos de estrangulamento, devendo haver remanejamento de verbas para isso. E, na próxima semana, uma equipe do Ministério dos Transpor-

tes vai reunir-se com técnicos da comissão de orçamento do Congresso, para informá-los sobre a situação e orientar o exame do projeto de orçamento para 1989.

Brasília

Entre as obras que terão prioridade e deverão ter continuidade garantida após 30 de setembro, estão a de duplicação da ligação entre Sobradinho e Planaltina (DF) e também a duplicação da estrada que vai de Brasília até Luziânia, prosseguimento em direção ao Sul do País, o que favorecerá a cidade do futuro Governador de Brasília, Joaquim Roriz. Boa parte dos recursos para o sistema viário do Distrito Federal continuarão sendo proveniente da transferência de recursos da União, graças à situação específica de Brasília, como sede do Governo.

A paralisação das obras e a operação desmonte não deverão provocar demissões imediatas no DNER, segundo o Ministério dos Transportes, sob para o qual a redução do órgão se dará normalmente devido à característica de que seu quadro de pessoal não tem crescido ultimamente e está havendo um grande número de aposentadorias, que chega próximo a mil por ano. Hoje, o DNER tem cerca de 12 mil funcionários, mais 7 mil policiais rodoviários federais.

Todas as obras agora paralisadas disporão de apenas Cr\$ 9 bilhões para continuidade até o final do ano, segundo análise do orçamento do DNER que, no próximo ano, terá apenas Cr\$ 19 bilhões para construção e restauração de novos trechos e Cr\$ 7 bilhões para conservação (valores de junho passado, de acordo com a nova sistemática orçamentária).

Os trechos mais afetados, justamente por mais críticos, segundo análise do Ministério dos Transportes, são as obras da Rio-Bahia, da via Dutra (São Paulo-Rio de Janeiro), a São Paulo-Belo Horizonte (Fernão Dias) e São Paulo-Curitiba (Régis Bittencourt). Estes trechos serão transferidos aos Estados e Municípios, assim como maior parte das obras em andamento, devendo o Ministério concentrar seus recursos, que são aproximadamente 20%, no próximo ano, do que foram em 1988, em projetos de integração rodo-ferro-hidroviária, assim como em estradas de interesse internacional e de acesso a portos, visando ao comércio exterior.

A equipe do Ministério dos Transportes entende que haverá uma grave crise, mas que poderá ser absorvida